



4º Simulado Especial

Polícia Federal

Agente Administrativo - Pré-Edital

Simulado

4º Simulado Especial Polícia Federal (Agente Administrativo)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Agente Administrativo da Polícia Federal**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/HAVfxq9VHTnDKn2MA>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/9eBd>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**PORTUGUÊS E REDAÇÃO OFICIAL***Luiz Felipe***TEXTO****Obsolescência programada: inimiga ou parceira do consumidor?**

Obsolescência programada é exercida quando um produto tem vida útil menor do que a tecnologia permitiria, motivando a compra de um novo modelo — eletrônicos, eletrodomésticos e automóveis são exemplos evidentes dessa prática. Uma câmera com uma resolução melhor pode motivar a compra de um novo celular, ainda que o modelo anterior funcione perfeitamente bem. Essa estratégia da indústria pode ser vista como inimiga do consumidor, uma vez que o incentiva a adquirir mais produtos sem realmente necessitar deles. No entanto, traz benefícios, como o acesso às novidades.

Planejar inovação é extremamente importante para melhoria e aumento da capacidade técnica de um produto num mercado altamente competitivo. Já imaginou se um carro de hoje fosse igual a um carro dos anos 1970? O desafio é buscar um equilíbrio entre a inovação e a durabilidade. Do ponto de vista técnico, quando as empresas planejam um produto, já tem equipes trabalhando na sucessão dele, pois se trata de uma necessidade de sobrevivência no mercado.

Sintomas de obsolescência são facilmente percebidos quando um novo produto oferece características que os anteriores não tinham, como o uso de reconhecimento facial; ou a queda de desempenho do produto com relação ao atual padrão de mercado, como um smartphone que não roda bem os aplicativos atualizados. Outro sinal é detectado quando não é possível repor acessórios, como carregadores compatíveis, ou mesmo novos padrões, como tipo de bateria, conector de carregamento ou tipos de cartão de um celular, por exemplo. Isso não significa que o consumidor está refém de trocas constantes de equipamento: é possível adiar a substituição de um produto, por meio de upgrades de hardware, como inclusão de mais memória, baterias e acessórios de expansão, pelo menos até o momento em que essa troca não compense financeiramente. Quanto à legalidade, o que se deve garantir é que os produtos mais

modernos mantenham a compatibilidade com os anteriores, a fim de que o antigo usuário não seja forçado constantemente à compra de um produto mais novo se não quiser. É importante diferenciá-la da obsolescência perceptiva, que ocorre quando atualizações cosméticas, como um novo design, fazem o produto parecer sem condições de uso, quando não está.

É preciso lembrar também que a obsolescência programada se dá de forma diferente em cada tipo de equipamento. Um controle eletrônico de portão tem uma única função e pode ser usado por anos e anos sem alterações ou troca. Já um celular tem maior taxa de obsolescência e pode ter de ser substituído em um ano ou dois, dependendo das necessidades do usuário, que pode desejar fotos de maior resolução ou tela mais brilhante.

Essa estratégia traz desafios, como geração do lixo eletrônico. Ao mesmo tempo, a obsolescência deve ser combatida na restrição que possa causar ao usuário, como, por exemplo, uma empresa não mais disponibilizar determinada função que era disponível pelo simples upgrade do sistema operacional, forçando a compra de um aparelho novo. O saldo geral é que as atualizações trazidas pela obsolescência programada trazem benefícios à sociedade, como itens de segurança mais eficientes em carros e conectabilidade imediata e de alta qualidade entre pessoas. É por conta disso que membros de uma mesma família que moram em países diferentes podem conversar diariamente, com um custo relativamente baixo, por voz ou vídeo. Além disso, funcionários podem trabalhar remotamente, com mais qualidade de vida, com ajuda de dispositivos móveis.

RAMALHO, N. Obsolescência programada: inimiga ou parceira do consumidor? Disponível em: . Acesso em: 04 ago. 2020. Adaptado.

- 01.** O texto fala acerca da obsolescência programada; é possível inferir que o autor destaca a queda vertiginosa na qualidade dos itens à venda.
- 02.** Conforme o texto, obsolescência perceptiva é aquela que é definida pela queda de desempenho do produto antigo.

03. “O principal suspeito pelos ataques a tiros em duas mesquitas em Christchurch, na Nova Zelândia, que deixaram ao menos 49 mortos em 15 de março de 2019, planejou meticulosamente um atentado voltado para a era da Internet.” O verbo “deixaram” está flexionado na terceira pessoa do plural porque concorda com o termo antecedente “mesquitas”.

04. “A ciência nos alerta contra os perigos introduzidos por tecnologias que alteram o mundo, especialmente o meio ambiente de que nossas vidas dependem. Assim, a ciência providencia um sistema essencial de alerta antecipado”. A correção gramatical do trecho seria mantida, ainda que seu sentido fosse alterado, caso se inserisse uma vírgula logo após “ambiente”.

05. “Imagino que algum funcionário trepava na antena mais alta no topo do maior arranha-céu e, ao constatar a falência da luz solar, acionava um interruptor, e a cidade toda se iluminava”. A troca da locução “a cidade toda” por **toda cidade** preservaria os sentidos e a correção gramatical do segmento.

06. Em “Imagino que algum funcionário trepava na antena mais alta no topo do maior arranha-céu e, ao constatar a falência da luz solar, acionava um interruptor, e a cidade toda se iluminava”, a vírgula depois de “interruptor” é facultativa.

07. “Cerca de três séculos depois, Portugal lançou-se em uma expansão de conquistas que, à imagem do que Roma fizera, levou a língua portuguesa a remotas regiões”. A correção gramatical e a coerência do texto seriam preservadas caso a forma verbal “levou” fosse substituída por “levaram”.

08. Em “Cerca de três séculos depois, Portugal lançou-se em uma expansão de conquistas que, à imagem do que Roma fizera, levou a língua portuguesa a remotas regiões”, a inserção do sinal indicativo de crase em “a remotas regiões”, escrevendo-se “à remotas regiões”, manteria a correção gramatical.

09. “Se, por um lado, é desejável ampliar o acesso a terapias mais eficazes, por outro, esse é um dos fatores que mais encarecem a assistência.” A oração “que mais encarecem a assistência”, subordinada à oração anterior, é adverbial comparativa.

10. Em “Se, por um lado, é desejável ampliar o acesso a terapias mais eficazes, por outro, esse é um dos fatores que mais encarecem a assistência”, o trecho “ampliar o acesso a terapias mais eficazes” exerce a função de sujeito da forma verbal “é”.

Considerando as disposições do **Manual de Redação da Presidência da República (MRPR)** acerca da redação oficial, julgue o item a seguir.

11. De acordo com o Manual de Redação, o vocativo ‘Excelentíssimo Senhor’ é empregado em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder.

12. O fecho deve ser alinhado à margem direita ao final da comunicação.

13. A concisão é um atributo das comunicações oficiais que diz respeito ao mínimo de informações que deverão estar contidas nos expedientes, a fim de evitar textos excessivamente longos.

14. A exposição de motivos é dirigida ao Presidente da República por um Ministro de Estado. Nos casos em que o assunto tratado envolva mais de um ministério, a exposição de motivos será assinada por todos os ministros envolvidos, sendo, por essa razão, chamada de interministerial.

15. No padrão ofício, o cabeçalho deve ser utilizado apenas na primeira página do documento, centralizado na área determinada pela formatação.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

16. No menu Configurações do Windows existe a funcionalidade Windows Update que permite a realização de backups a partir de recursos do próprio sistema operacional.

17. No Word, a funcionalidade Pincel permite preencher o interior de imagens e elementos existentes no texto.

18. No Excel é possível o uso de funções pré-determinadas, porém aquelas que contiverem acento ortográfico em seu nome (descrição) só serão reconhecidas se forem escritas com o acento.

19. O One Drive é o aplicativo de email da Microsoft que recentemente abriu o seu código no mercado.

20. O tipo de spam utilizado para o envio de informações falsas ou boatos é conhecido como hoax.

21. O SMTP é o protocolo usado para o envio de mensagens de email da máquina do usuário para o servidor de email.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

22. De uma pequeníssima amostra de 120 alunos do Estratégia Concursos, verificou-se que 60 farão prova para AFRFB, 40, para SEFAZ RJ e 40, para outros concursos. Verificou-se, também, que alguns farão concurso para AFRFB e para a SEFAZ RJ.

Diante do exposto, julgue o item seguinte:

A quantidade de alunos que fará os dois concursos citados é superior a 20.

O dono de uma sorveteria quis saber a preferência de seus clientes sobre três sabores: morango, pistache e framboesa. Para isso, elaborou uma ficha em que cada cliente marcaria com um X quais sabores eram de sua preferência, podendo marcar quantos sabores quisesse. O resultado foi o seguinte: 27 clientes marcaram os três sabores, 50 marcaram os sabores morango e pistache, 48 marcaram pistache e framboesa, 52 marcaram morango e framboesa, 80 marcaram framboesa, 78 marcaram morango e 82 marcaram pistache.

Diante do exposto, julgue os itens seguintes.

23. Se todos os clientes marcaram pelo menos um sabor e preencheram somente uma ficha cada, então o total de clientes consultados é superior a 120

24. A quantidade de clientes que gostam somente um dos sabores superior a 20

Considere o seguinte argumento lógico:

P1: ou João é ateu ou Carla não é evangélica;

P2: João irá ao Rio de Janeiro se e somente se Carla também for;

P3: Carla é evangélica se e somente se for à igreja aos domingos;

P4: ou Carla vai à igreja aos domingos ou irá ao Rio de Janeiro

P5: Carla não vai à igreja aos domingos

Diante do exposto, julgue o item seguinte:

25. O argumento composto pelas premissas P1, P2, P3, P4 e P5 e pela conclusão “Nem João é ateu, nem Carla é evangélica” é válido.

Um HORTIFRUTTI vende tomates de dois tamanhos: pequenos e grandes. Esses tomates podem ser verdes ou vermelhos. No estoque do HORTIFRUTTI, há 155 tomates, dos quais 82 são vermelhos e 85 são pequenos.

Julgue o item seguinte:

26. Sabendo que 33 dos tomates em estoque são pequenos e vermelhos, a porcentagem dos tomates grandes que são verdes é inferior a 35%

27. A negação da proposição P: Em todos os domingos, se fazia sol, Renata passeava de moto, é a proposição Q: houve ao menos um domingo em que fez sol e Renata não passou de moto.

ATUALIDADES

Rodrigo Gracioli

28. O grupo libanês Hezbollah tem atacado embarcações que cruzam a rota do Mar Vermelho. A rota é estratégica para o comércio internacional. Embarcações brasileiras com milho chegaram a ser alvo do grupo.

29. Segundo projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil deixará o ranking das dez principais economias em 2024. Por conta da crise climática e a baixa no setor do agronegócio, o PIB brasileiro sofrerá retração.

30. O Brasil bateu recordes de mortes por dengue em 2024. No primeiro semestre o país já somava mais de 4 mil mortes. Para o enfrentamento, a vacina Qdenga passou a ser utilizada no Sistema Único de Saúde (SUS), conforme critérios para determinado público-alvo.

31. A Procuradoria do Tribunal Penal Internacional (TPI) pediu que os juízes do TPI emitam mandados de prisão para o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu e os três principais líderes do Hamas. O procurador do TPI, Karim Khan -- que também pediu a prisão emitida contra o presidente russo, Vladimir Putin, solicitou prisão também para o ministro da Defesa de Israel, Yoav Gallant, responsável pelas Forças Armadas do país, além de líderes do Hamas.

32. O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi incluído na lista do Patrimônio Mundial da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). A decisão foi anunciada em Nova Délhi, na Índia, durante reunião do Comitê do Patrimônio Mundial.

33. Uma portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública regulamentou o Projeto de Intervenção Psicológica On-Line para Profissionais de Segurança Pública – Escuta Susp (Sistema Único de Segurança Pública). O projeto busca amparar os profissionais da segurança na questão da saúde mental.

34. O delegado de Polícia Federal (PF) Valdecy Urquiza foi indicado para ser o próximo secretário-geral da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), com mandato até 2029. Será a primeira vez que alguém fora do eixo EUA-Europa assumirá o comando da Interpol.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

Com relação aos princípios administrativos, à organização da administração pública e aos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

35. Viola o princípio da isonomia a fixação de idade máxima em concursos públicos, ainda nos casos em que a natureza das atribuições do cargo em tese justificar a diferenciação e houver previsão legal.

36. Como decorrência do princípio da legalidade, os atos administrativos possuem presunção de legitimidade, o que significa que se presume que foram editados de acordo com as normas do ordenamento jurídico.

Acerca do controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

37. O controle de mérito dos atos administrativos dos Poderes Executivo e Legislativo é atribuição inerente ao Poder Judiciário.

38. O controle externo da administração pública avalia o cumprimento das metas previstas no plano plurianual bem como a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

De acordo com a Lei n.º 14.133/2021, no que tange aos contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

39. O descumprimento, pela contratada, de ordens da fiscalização constitui razão que pode ensejar extinção contratual pela administração pública com responsabilização para a empresa contratada.

40. A adoção de meios alternativos para resolução de controvérsias é permitida desde que originariamente prevista no contrato, vedado aditamento para inclusão posterior dessa cláusula, em razão da vinculação ao edital.

João, servidor público federal, foi aposentado por invalidez. Recentemente, uma junta médica oficial declarou que os motivos que levaram à sua aposentadoria não mais subsistem. Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir acerca do regime jurídico dos servidores públicos federais.

41. Se o órgão público não possuir cargo vago, a reversão de João não poderá ser efetivada, mesmo que ele tenha sido declarado apto pela junta médica oficial.

42. João poderá retornar ao serviço público mesmo que a aposentadoria tenha ocorrido há mais de cinco anos.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

A respeito da classificação das constituições, analise o item abaixo.

43. As constituições outorgadas são criadas de forma unilateral por um órgão detentor do poder político e não precisam de aprovação ou participação popular.

Sobre os direitos e garantias fundamentais, julgue os itens de 44 e 45.

44. Nos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, constam os direitos diretamente relacionados à pessoa humana e à sua personalidade, não obstante alguns desses direitos possam ser estendidos também às pessoas jurídicas. Neles constam as liberdades positivas, que têm por objetivo a melhoria das condições de vida dos hipossuficientes.

45. O princípio da intranscendência da pena, que determina que as penas restritivas de liberdade, privativas de direitos ou pecuniárias só podem ser aplicadas ao condenado, é absoluto e não admite exceções. Assim, mesmo que o condenado venha a falecer antes do trânsito em julgado de sua condenação, nenhuma consequência penal ou patrimonial poderá atingir seus sucessores, visto que tal responsabilização seria considerada uma forma de punição por fato alheio.

Sobre a nacionalidade, considerando as disposições da Constituição da República de 1988, julgue o item a seguir.

46. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro (nato ou naturalizado) que adquirir outra nacionalidade, exceto nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ou de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

Sobre os direitos sociais, analise o item abaixo.

47. O trabalho noturno, perigoso ou insalubre é proibido a menores de 18 anos e qualquer trabalho é proibido a menores de 16 anos.

Sobre os direitos políticos, julgue o próximo item.

48. Conforme entendimento do STF, é declarado válido o cancelamento do título do eleitor que, convocado por edital, não compareceu ao processo de revisão eleitoral, para fazer o cadastramento biométrico.

A respeito da organização do Estado, julgue o item.

49. O município tem competência para legislar sobre meio ambiente, desde que não ultrapasse o seu interesse local e nem afronte legislação federal ou estadual a respeito da matéria.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Poder Executivo, no âmbito federal, é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado. O Presidente da República é eleito por sufrágio universal e direto, para um mandato de quatro anos, com possibilidade de uma reeleição. Sobre o Poder Executivo, julgue o item abaixo.

50. A Constituição Federal de 1988, prevê que o Presidente da República poderá delegar suas funções de sancionar leis, expedir decretos autônomos e nomear ministros a seus auxiliares diretos, os Ministros de Estado, sem a necessidade de restrições expressas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

51. Os elementos básicos que devem ser observados no projeto de definição da estrutura organizacional são: especialização do trabalho; departamentalização; cadeia de comando; amplitude de controle; centralização e descentralização; e formalização.

52. A cadeia de comando indica quantas pessoas cada executivo pode dirigir de forma eficaz e eficiente, ao passo que a amplitude de controle indica a quem os indivíduos devem se reportar.

53. Estruturas organizacionais verticalizadas são caracterizadas pela existência de vários níveis hierárquicos na organização.

54. A departamentalização funcional consiste em agrupar as atividades semelhantes em áreas especializadas. Uma das grandes vantagens desse tipo de departamentalização é a facilidade de coordenação interdepartamental.

55. As principais características das organizações formais modernas são: divisão do trabalho, especialização, hierarquia, distribuição da autoridade e da responsabilidade, amplitude administrativa e excesso de rigidez.

56. As vantagens da departamentalização por processos incluem a alocação temporária de recursos e a convergência de esforços.

57. Os componentes básicos da função organização são: tarefas, pessoas, órgãos e relações. Nesse sentido, pode-se dizer que as tarefas são o resultado da divisão do trabalho dentro da empresa.

58. São fatores condicionantes da estrutura organizacional: Fator Humano; Fator sistemas de objetivos, estratégias e políticas da empresa; Fator Tecnologia e; Fator ambiente interno.

Com base na gestão por processos, julgue os itens a seguir.

59. Os processos organizacionais constituem a forma básica de funcionamento das organizações e permitem transformar insumos (inputs) em resultados (outputs).

60. Enquanto na gestão por funções as tarefas são executadas sob rígida supervisão hierárquica, nas organizações geridas por processos a supervisão hierárquica é flexibilizada.

61. Os processos podem ser gerenciais, de suporte, ou finalísticos. Os processos que entregam valor diretamente aos clientes são conhecimentos como processos gerenciais.

62. O Ciclo PDCA é uma ferramenta bastante utilizada na gestão de processos e está voltado para a melhoria contínua dos processos. A etapa C (Check) consiste em atuar corretivamente, com o objetivo de evitar que eventuais problemas ocorram novamente.

63. Se a organização pretende realizar mudanças incrementais em seus processos, ela deve optar por adotar uma técnica conhecida como reengenharia.

64. A adoção da gestão por processos é típica de organizações com estrutura verticalizada, com poucos departamentos sob o mesmo nível hierárquico.

65. O gestor deve levar em consideração as características típicas dos processos, tais como a unicidade e a temporariedade.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravyelle

66. O orçamento público é um plano financeiro que estima as receitas e fixa as despesas do governo para um determinado período, sendo um instrumento essencial para a administração pública, pois permite o controle da legalidade e economicidade dos gastos públicos.

67. A técnica orçamentária conhecida como orçamento base-zero (OBZ) pressupõe a revisão completa de todas as despesas e receitas, partindo do zero, sem considerar o histórico de exercícios anteriores.

68. O princípio da especificação orçamentária, também conhecido como princípio da discriminação, exige que as receitas e despesas públicas sejam especificadas, detalhando suas fontes e destinações para permitir o controle e a transparência.

69. No ciclo orçamentário brasileiro, a fase de elaboração da proposta orçamentária cabe exclusivamente ao Poder Legislativo, que detém a prerrogativa de iniciar o processo de planejamento e alocação de recursos públicos.

70. O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental que define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para um período de quatro anos, vinculando-se ao ciclo de mandato presidencial.

71. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve ser encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro, para apreciação e aprovação.

72. A Lei Orçamentária Anual (LOA) compreende o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

73. A estrutura programática do orçamento público é composta por programas, ações e funções que detalham a aplicação dos recursos públicos conforme as prioridades governamentais estabelecidas no PPA.

74. Os créditos adicionais, conforme a Lei nº 4.320/1964, podem ser abertos pelo Poder Executivo sem a necessidade de autorização legislativa, desde que se destinem ao reforço de dotações existentes.

75. A programação orçamentária e financeira visa a assegurar a compatibilidade entre a realização da receita e a execução da despesa, evitando a geração de déficits e promovendo o equilíbrio fiscal.

76. A descentralização orçamentária e financeira permite que unidades gestoras recebam créditos orçamentários descentralizados, mas não permite a transferência de responsabilidade pela execução e controle desses recursos.

77. O acompanhamento da execução orçamentária e financeira é feito apenas por meio de relatórios bimestrais apresentados ao Poder Legislativo, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.

78. Receita pública é o ingresso de recursos financeiros ao patrimônio público, originário de atividades próprias do Estado, como tributos e contribuições, bem como de atividades de terceiros, como doações e legados.

79. As receitas correntes incluem impostos, taxas, contribuições e receitas de capital, que são todas destinadas ao financiamento das atividades correntes do Estado.

80. As etapas da receita pública, conforme o regime orçamentário brasileiro, incluem a previsão, o lançamento, a arrecadação e o recolhimento, sendo o lançamento a etapa de reconhecimento do direito de receber.

81. Os códigos da classificação por natureza da receita são estruturados de forma a proporcionar extração de informações imediatas, a fim de prover celeridade, simplicidade e transparência, sem a necessidade de qualquer procedimento paralelo para concatenar dados.

82. Além de constituir em item da receita orçamentária, o superávit do orçamento corrente consiste no resultado do balanço total apurado entre as receitas arrecadadas e despesas pagas no exercício financeiro.

NOÇÕES DE GESTÃO DE PESSOAS NAS ORGANIZAÇÕES

Elisabete Moreira

Acerca do comportamento organizacional e os temas relacionados à gestão de pessoas, julgue os itens a seguir.

83. Foi Herbert Simon, na década de 50, que, ao estudar a tomada de decisão junto a vários executivos, verificou a tomada de decisão consultiva, que envolve a participação de funcionários da organização, não obstante a tomada final de decisão caber ao gestor.

84. Objetivos desafiadores, possíveis e determinados por indivíduos que tenham autoeficácia, segundo estudos promovidos, promovem melhores desempenhos das pessoas.

85. Estudos comprovam que o estilo de liderança voltado para relacionamento é o mais indicado para obter melhores desempenhos dos colaboradores quando o chefe possui muito poder para recompensar ou punir e não é muito amigável com seus colaboradores.

86. A área de gestão de pessoas tem promovido diversos estudos acerca de hard e soft skills que se mostram necessárias ao ambiente organizacional, no alcance dos objetivos estratégicos. Um dos entendimentos acerca da matéria é que os colaboradores são contratados por suas hard skills, mas são demitidos pela falta de soft skills.

87. Uma das diferenças entre o modelo gestão de pessoas e o modelo de recursos humanos é que o primeiro se propõe a descentralizar para o gestor de linha a responsabilidade pela gestão de pessoas.

88. Na realização de um determinado trabalho, segundo Tuckman, os grupos ou equipes passam por vários estágios de desenvolvimento, a exemplo do estágio de tormenta, no qual os membros realizam ajustes, negociam e assumem seus papéis e responsabilidades e o líder passa a coordenar o trabalho.

89. O administrador de conflitos que adota um comportamento de colaboração visa, sobretudo, a harmonia na solução dos problemas e para isso deve dar um tratamento superficial da situação em discussão.

90. Um determinado órgão público, ao idealizar novas políticas de gestão de pessoas alinhadas à estratégia, passou a estimular seus colaboradores no desenvolvimento de competências, no aprimoramento do aprender a aprender e na inserção de novos valores na organização. Nesse caso, é possível afirmar que o órgão passou a adotar um modelo de educação corporativa, que atende ao contexto atual da organização.

NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA

Ricardo Campanário

91. Os arquivos são colecionados por uma finalidade cultural: o registro da memória de uma sociedade.

92. Em observância ao princípio da territorialidade, os arquivos devem ser mantidos nos locais onde foram produzidos e(ou) recebidos.

93. O documento de arquivo diferencia-se de outros documentos pelo fato de sua origem estar vinculada necessariamente à atividade de uma pessoa física ou jurídica.

94. É nos arquivos permanentes que a gestão de documentos é implementada, para a preservação da memória.

95. O recebimento, o registro e a distribuição de correspondências são funções exercidas pelo protocolo.

96. Os documentos ostensivos que chegam ao protocolo devem ser registrados e, em seguida, distribuídos aos destinatários.

97. As atividades de protocolo envolvem a elaboração de instrumentos de pesquisa para o arquivo permanente.

98. O SEI é uma ferramenta de gestão de processos eletrônicos que permite a produção, a edição, a assinatura e o trâmite de documentos e processos dentro do próprio sistema.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS

Ricardo Campanário

No que diz respeito à classificação de materiais na administração pública, julgue os itens a seguir.

99. Os materiais podem ser classificados, quanto à sua aplicação na organização, em materiais de estoque e materiais de não estoque.

100. Consoante a metodologia da curva ABC, os materiais da classe C representam os itens mais numerosos e menos importantes, respondendo com pouca relevância ao valor global do estoque.

101. Segundo o atributo de praticidade, a classificação de materiais deve ser simples e direta, sem que sejam necessários procedimentos complexos do gestor.

No que se refere à gestão de estoques na administração pública, julgue os itens subsequentes.

102. Se o consumo anual de pastas classificadoras for de 800 unidades e o estoque médio anual for de 200 pastas classificadoras, então a cobertura de estoques, sem reposição, será de 4 meses.

103. Minimizar o estoque de segurança significa reduzir ao máximo a imobilização de capital, o que possibilita o surgimento de riscos de ruptura de estoque.

104. O dimensionamento do estoque de segurança resume-se aos seguintes fatores: tempo médio de tramitação do processo de aquisição do material; perecibilidade do material; volume do material; e impacto financeiro na organização.

105. No sistema de reposição periódica do estoque, o pedido de compra é realizado em intervalos de tempo variáveis.

106. O sistema de reposição contínua do estoque é concebido de modo que, até a entrega do novo lote de compra, seja possível fazer o uso do estoque de segurança.

Julgue os itens seguintes, relativos às compras no setor público.

107. Embora a manutenção de um cadastro de fornecedores não esteja entre os objetivos da função compras, sua condução é necessária para que as aquisições sejam realizadas com qualidade, celeridade e a um preço econômico.

108. São três os critérios a serem negociados com os fornecedores em uma compra eficiente: preço, prazo de entrega e condições de pagamento.

109. O sistema descentralizado de compras pode ocasionar pouca uniformidade da qualidade dos materiais comprados.

Acerca do objeto e do edital de licitação nas compras públicas, julgue os itens subsequentes.

110. Ao inserir, em edital de licitação, as características para aquisição de materiais ecoeficientes, o Estado sinaliza ao mercado sua intenção de considerar a compra de produtos sustentáveis, atuando como um consumidor comum que faz compras.

LEGISLAÇÃO APLICADA À POLÍCIA FEDERAL

Antônio Pequeno

111. De acordo com o Estatuto do Desarmamento, compete ao Ministério da Justiça a autorização do porte de arma para os responsáveis pela segurança de cidadãos estrangeiros em visita ou sediados no Brasil e, ao Comando do Exército, nos termos do regulamento desta Lei, o registro e a concessão de porte de trânsito de arma de fogo para colecionadores, atiradores e caçadores e de representantes estrangeiros em competição internacional oficial de tiro realizada no território nacional.

112. De acordo com a Lei nº 10826/2003, os integrantes da guarda-municipal poderão portar arma de fogo dentro e fora de serviço, seguindo o regulamento do Estatuto do Desarmamento.

113. O certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.

114. De acordo com o Estatuto do Desarmamento, configura o crime de omissão de cautela deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que uma pessoa, independentemente da idade, se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade:

De acordo com a Lei nº 7102/1983 (dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências) julgue os itens de **115 a 116**

115. Nos seguros contra roubo e furto qualificado de estabelecimentos financeiros, serão concedidos descontos sobre os prêmios aos segurados que possuírem, além dos requisitos mínimos de segurança, outros meios de proteção previstos na Lei nº 7102/1983, na forma de seu regulamento.

116. O estabelecimento financeiro que infringir disposição da lei nº 7102/1983, ficará sujeito, dentre outras penalidades, à advertência, conforme a gravidade da infração e levando-se em conta a reincidência e a condição econômica do infrator.

117. O descumprimento das normas estabelecidas na Lei nº 10357/2001. 10357/2001, independentemente de responsabilidade penal, sujeitará os infratores à advertência formal, dentre outras medidas administrativas, aplicadas cumulativa ou isoladamente.

118. Os órgãos da Administração Pública direta federal, estadual e municipal são isentos do pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos, sem prejuízo das demais obrigações previstas na Lei nº 10357/2001.

119. A pessoa física ou jurídica que, por qualquer motivo, suspender o exercício de atividade sujeita a controle e fiscalização ou mudar de atividade controlada deverá comunicar a paralisação ou alteração ao Departamento de Polícia Federal, no prazo de vinte dias a partir da data da suspensão ou da mudança de atividade.

120. De acordo com a Lei nº 13445/2017 (que institui a lei de migração) é considerado residente fronteiriço: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>